

## **ZOPACAS:**

integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benim, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

## **Reemergência:**

Coincidiu com o período em que tanto o Brasil e Angola se afirmavam como actores chave em termos de hidrocarbonetos a nível global e a região adquiria importância acrescida devido a hidrocarbonetos e aumento do comércio marítimo.

Ora, surgiu a necessidade de olhar para o mar como elemento central para se garantir a segurança, estabilidade e desenvolvimento regional. Esta necessidade está crescentemente presente e implica reforçar a integração e cooperação no âmbito regional, isto é, da ZOPACAS.

Importa notar que esta ressurgência coincidiu com a altura da descoberta do pré-sal brasileiro em 2006.

O constante crescimento de trocas comerciais entre os dois lados do Atlântico e a importância estratégica da região trouxe consigo várias ameaças e desafios que urge superar.

Essa **reemergência** surge num contexto de:

- Maior envolvimento política e económica de potências globais no Atlântico Sul;
- A expansão do Canal do Panamá e o ainda pendente Canal da Nicarágua: permitirão evitar chokepoints e a acumulação de tráfego marítimo, como no Estreito de Malaca (o segundo ponto de passagem mais movimentado do mundo) e o Canal do Suez e o instável Golfo de Áden.
- Necessidade de proteger rotas comerciais marítimas e produção/exportação petrolífera de ameaças como o aumento do narcotráfico entre a América Latina e a costa ocidental de África, e pirataria marítima no Golfo da Guiné.

Estas ameaças estão profundamente relacionadas com Angola e o Golfo da Guiné.

- Angola é uma **monoeconomia** dependente do petróleo;
- Angola necessita de rotas marítimas para exportar a sua produção, nomeadamente num contexto de necessidade de **diversificação económica** (os seus principais parceiros comerciais estão localizados fora do continente africano).
- Angola tornou-se um **ponto de trânsito para o narcotráfico**, nomeadamente cocaína. Potenciado pelo aumento do comércio via rotas marítimas.
- A **pesca ilegal** prejudica o desenvolvimento sócio-económico e a capacidade de subsistência das populações locais.
  - têm sido registados vários casos de pesca ilegal dentro da ZEE angolana.
  - Combater e reduzir a pesca ilegal garante subsistência, gera emprego e receita de impostos (como em termos de vendas de licenças).
- Necessidade de valorizar a cooperação Sul-Sul e afirmação regional e internacional de Angola;
- Afirmar **soluções/respostas regionais para problemas regionais**, o que implica reduzir ou acabar com a **dependência em relação a potências externas** para a defesa e segurança do Atlântico Sul,
- Conter **tendências hegemónicas de potências regionais**, como a África do Sul e Brasil.
- Conter a influência e **interesses externos** na região.

### **Presença Externa:**

Representa risco à estabilidade da região e aos interesses das principais potências regionais.

Pode despoletar uma concorrência potencialmente agressiva entre potências externas.

**EUA:** Abril 2008 anunciada a reconstituição da **quarta frota do Comando do Sul** (U.S. Southern Command (SOUTHCOM)). Área de actuação inclui as Caraíbas, a América Central e do Sul, bem como as águas circundantes. Acresce a Africom, cuja área de acção engloba a restante região do Atlântico Sul e o Golfo da Guiné.

**Reino Unido:** **presença** em várias ilhas no Atlântico Sul, bem como bases militares.

**China:** Planos de Desenvolvimento de **portos marítimos em África**. Angola é o maior parceiro comercial e a China tem investido em redes logísticas, como o Corredor do Lobito, linha férrea que vai ligar o porto de Lobito a Luau, perto da fronteira com a RDC.

Também está a investir em linhas férreas e portos no Brasil (**Linha férrea transcontinental** que vai ligar o Pacífico, no Peru, ao Atlântico, através do Rio de Janeiro).

Em São Tomé está a desenvolver o **porto de águas profundas** (transbordo para todo o GG).

Rumores da instalação da base em **Walvis Bay**, na Namíbia.

**França:** A França, para além da sua forte presença no continente africano, tem procurado fortalecer a sua influência a partir da **Guiana-Francesa**

**Rússia:** O governo da **Guiné Equatorial** autorizou a Marinha Russa a usar o porto nacional.

Apesar de não haver uma presença permanente de capacidades de guerra marítimas no Atlântico Sul, importa notar que a crescente presença dessas capacidades na região, quer em patrulhar de rotina quer em exercícios conjuntos com países regionais (EUA, França, etc).

Os EUA e a NATO têm vindo a referir a sua intenção de expandir a área de actuação da NATO para o Atlântico Sul, eliminando a fronteira que separa os dois hemisférios.

### Repostas regionais:

Para além de interesses e desafios comuns, os Estados do Atlântico Sul estão ligados por **trajectórias de desenvolvimento** caracterizados por económicas assentes em recursos naturais e exportações de uma única matéria-prima.

Isto garante oportunidades de cooperação em termos de partilha de boas práticas de desenvolvimento económico, agricultura, ciência e tecnologia, desenvolvimento de infraestruturas.

Acresce que a região do Atlântico Sul apresenta uma característica particular que beneficia uma maior cooperação: a **relativa tranquilidade e paz**.

- Isto faz com que as marinhas regionais não tenham como fim a guerra, emergindo assim a necessidade de uma **nova razão de ser** para a capacidade naval. No âmbito da ZOPACAS, essa razão de ser terá que assentar na protecção de recursos naturais e fazer face às ameaças à segurança não tradicionais, como a pirataria e o narcotráfico (maior concertação em termos de acções de patrulha, vigilância e monitorização de actividades na região).

Maior cooperação tem o potencial de reduzir a **probabilidade de conflitualidade** na região:

- Previne eventuais afirmações unilaterais de poder, bem como uma corrida ao armamento e competição agressiva entre as potências regionais.
- A ZOPACAS, em concertação com outras organizações que actuam na região, tem potencial para resolver disputas fronteiriças potencialmente danosas para Estados-membros.
  - A localização de reservas de petróleo e outros recursos naturais podem resultar em situações complicadas quando Estados se apropriam unilateralmente de blocos de exploração dentro de áreas disputadas com Estados vizinhos.

Maior cooperação contribui para criar **sinergias entre poderes navais regionais** com o objectivo de:

- ter no Atlântico Sul uma maior presença de actores regionais.
- desenvolver a capacidade dos Estados de patrulhar e proteger áreas marítimas de uma forma mais intensa e cooperativa.
- ser um fórum de troca de informações entre Forças Armadas regionais com a finalidade de melhorar a capacidade de todos os membros em lidar com uma ameaça externa.

Isto é ainda mais relevante num contexto em que as potências regionais estão a atravessar uma **situação económico-financeira** (e mesmo política) complicada, o que representa entraves ao desenvolvimento de Marinhas de Guerra e Guardas Costeiras capazes e bem equipadas.

- Necessidade de cooperação como forma de **racionalizar recursos** e criar sinergias de actuação.

A ZOPACAS tem o potencial de criar mecanismos para **operacionalizar exercícios conjuntos**, capacitando o poder naval regional.

**Exercícios navais** têm sido realizados a nível regional, mas **fora do contexto da ZOPACAS** (exercícios ATLASUR, entre a África do Sul e Estados Sul Americanos, e os IBSAMAR, entre o Brasil, África do Sul e Índia).

Contudo, não obstante apelos por uma maior cooperação Sul-Sul na região, a defesa e segurança marítima estão ainda longe do que é necessário, com as potências regionais a mostrarem-se reluctantes em agregar as Marinhas de Guerra no sentido de objectivos comuns (tal como criar uma task-force transoceânica para combater a criminalidade marítima).

## **ZOPACAS e a Estratégia para o mar e desenvolvimento naval de Angola:**

Para Angola, o mar representa mais do que um elemento central para a sua estabilidade e segurança económica, sendo uma oportunidade para a diversificação da economia nacional e promoção do desenvolvimento. O mar deve ser visto como uma mais-valia geopolítica e geoestratégica para Angola.

O reforço e aprofundamento da cooperação multilateral contribui para a consecução dos interesses angolanos, especialmente tendo em conta as limitadas capacidades navais num contexto de desafios e ameaças à estabilidade e paz nacional, como ao desenvolvimento.

Não obstante, as autoridades angolanas terão necessariamente de apostar numa estratégia virada para o mar, incluída numa mais vasta estratégia nacional que também englobe um vector de estratégia naval. Esta estratégia terá de estar focada na projecção da política externa e interesses de Angola, não apenas no Golfo da Guiné, mas também no mais vasto Atlântico Sul, na medida em que a segurança e paz nas duas regiões estão interligadas e influencia os desenvolvimentos a nível nacional.

Ora, um aprofundamento das actividades da ZOPACAS pode **potenciar** as autoridades nacionais a desenhar uma **política estratégica para o mar** com o fim de:

- Discernir quais as oportunidades que o Atlântico Sul (e claro o Golfo da Guiné) pode gerar e;
- Como promover maior eficiência no alcance dos objetivos nacionais a partir da racionalização de acções no âmbito das organizações regionais em que se insere (ZOPACAS, CGG, CPLP, CEEAC, SADC, etc).

**Dito isto, a estratégia Angola para o Atlântico Sul terá de focar esforços não apenas na perspectiva da dissuasão de potências externas à região, mas também numa estratégia de presença militar na região.** Esta abordagem será mais eficientemente posta em prática no contexto de uma organização que englobe os grandes actores do Atlântico Sul, isto é, a ZOPACAS, e que aprofunde a sua integração no sentido de uma zona de paz de segurança.

Uma ZOPACAS mais integrada será fundamental para criar sinergias regionais, afirmar a capacidade dos Estados-membros de projecção de soberania e de dar repostas regionais a problemas regionais – não excluindo a cooperação com outros actores externos.